



o trabalhador
da CML

Na unidade a força da mudança!



**Reorganização dos serviços municipais:
STML emite parecer negativo!**

Págs. centrais

Abril e Maio de luta!

Págs. 14 e 15

Só com a luta defendemos os nossos direitos!

A Câmara Municipal entrou no segundo processo de reorganização de serviços, depois da reforma administrativa que fez de Lisboa uma cidade mais desarticulada, assimétrica e desigual. António Costa subscreve ambos os processos, o de 2011 e agora o de 2015.

Para o STML, cujo parecer foi tornado público a 11 de março, a reorganização de serviços municipais não serve os interesses de trabalhadores, municípios ou da própria cidade e daí se ter justificado uma posição negativa do sindicato que seguramente será consolidada até á votação final na Assembleia Municipal de Lisboa.

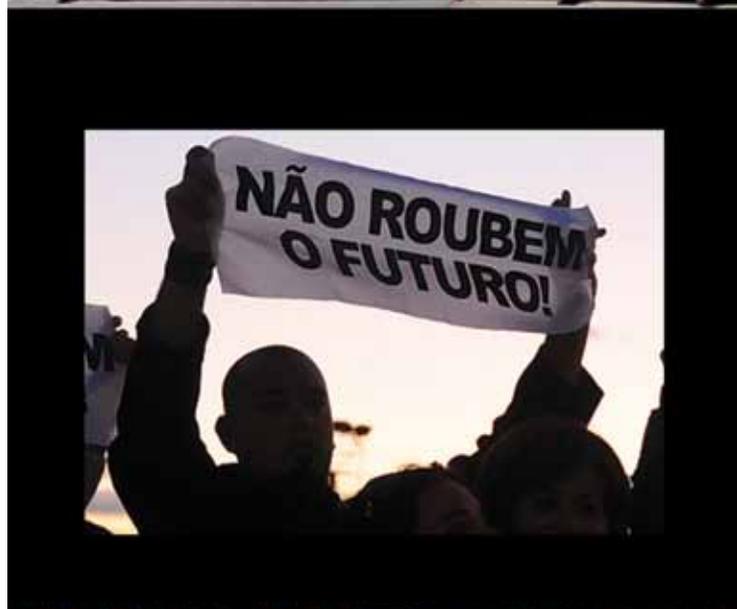
Mas em como em todos os processos análogos, caberá aos trabalhadores a resposta final. Se a CML ignorou-os desde o 1.º dia, o STML conta com a sua força e capacidade reivindicativa para travar o que for de mais nefasto para as suas vidas e para o serviço público que corporizam. Assim foi em 2011, assim será em 2015, porque de inevitabilidades, até hoje, só conhecemos a morte pela força da lei da vida.

Nas Juntas de Freguesia, os trabalhadores começam a sair da letargia que todo este processo lhes provocou. Enfatizamos a luta dos trabalhadores da limpeza urbana da Junta de Freguesia das Avenidas Novas ou o plenário realizado à porta da Assembleia Municipal de Lisboa com uma forte presença de muitos daqueles que compulsivamente foram usurpados do seu vínculo originário e empurrados para uma nova realidade laboral.

Não termos contudo dúvidas, que a luta nas juntas de freguesia irá continuar até à assinatura dos ACEP onde tal ainda não aconteceu, mas também em defesa da dignidade, dos direitos e das condições de trabalho onde estejam sob ataques ignóbeis, como na Junta de Santa Clara, Marvila ou Benfica, entre outras. A força de impor o que nos interessa reside, como sempre, na nossa capacidade mobilizadora e interventiva. Cabe portanto aos trabalhadores a resposta mais eficaz aos seus problemas, sempre com o SEU sindicato, o STML.

N plano mais geral, a contestação multiplica-se e generaliza-se à política de direita e ao governo que agora a materializa. Na grande manifestação nacional descentralizada da CGTP-IN de 7 de março ou na greve nacional da administração pública de 13 do mesmo mês, milhares de trabalhadores repudiaram aqueles que nos têm infernizado a vida. Na última semana de março os protestos continuam, culminando a 28 com a Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora em Lisboa.

Abril manterá a firmeza e a determinação de quem não pode desistir da sua vida, porque a resignação ou a passividade só contribuem para o agudizar da atual crise económica e social, mas também política, enquanto reflexo de um governo claramente deslegitimado pela falta de ética ou moral dos seus dirigentes, onde Passos Coelho (caso da segurança social) e Paulo Portas (caso dos submarinos) são casos paradigmáticos. Todavia, a principal crítica a este governo são



as suas opções políticas, arbitrárias e injustas socialmente, patenteando, acima de tudo, uma natureza ilegal e inconstitucional.

Na cidade de Lisboa, como no plano nacional, o STML continuará o desenvolver a sua ação na resolução dos problemas dos trabalhadores do município, sabendo à partida que na origem destes problemas, reside uma conotação com a política de direita que apenas serve os interesses de uns poucos. Seja pela mão de um presidente municipal (ausente) do PS, ou pela mão de presidentes laranjas ou rosas nas freguesias, porque no essencial todos se assemelham na visão que têm para trabalhadores e serviços públicos, o caminho que devemos seguir e não podemos descurar, é o da luta: organizada, confiante e firme porque só assim temos força e só assim defendemos o que nos querem tirar. ■



Trabalhadores da limpeza urbana da Junta de Freguesia das Avenidas Novas saíram à rua em luta!

O STML realizou, no passado dia 20 de fevereiro, com os trabalhadores afetos à limpeza urbana da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, um plenário no posto de limpeza, sito na rua de S. Sebastião, ao qual se seguiu uma manifestação até à sede da Junta de Freguesia na Av. de Berna. Aos responsáveis da Junta foi entregue a resolução aprovada pelos trabalhadores, onde se exige ao executivo em funções a solução para um conjunto de problemas que os afetam e que inclusive colocam em causa a qualidade do serviço público prestado na freguesia.

Desde que a Junta de Freguesia das Avenidas Novas, em março de 2014, assumiu a competência da varredura e da lavagem das suas ruas, recebendo para o efeito verbas, equipamentos e cantoneiros provenientes da Câmara Municipal, tem-se vindo a instalar um crescente mal-estar no seio destes trabalhadores, no que diz respeito à salvaguarda dos seus direitos e condições de trabalho.

Na origem deste constante desassossego, reside impreterivelmente a política desenvolvida pelo respetivo executivo de freguesia, no que diz respeito à salvaguarda dos direitos e condições de trabalho.

Nesta Freguesia, como noutras, existe uma carência de trabalhadores face às tarefas diárias a que a Junta de Freguesia ficou obrigada após a transferência de competências.

Existem ainda, graves problemas no plano da organização do trabalho que se refletem numa limpeza inadequada das suas ruas. Por outro lado, constata-se uma sobrelotação e degradação das atuais instalações, que não foram concebidas para um número tão elevado de trabalhadores. O caso da falta de água quente é paradigmático, não chegando para os banhos indispensáveis à higiene pessoal de todos.

Na resolução entregue ao vogal responsável pela Limpeza Urbana estavam inscritas as seguintes exigências:

- Que a dignidade e os direitos dos trabalhadores sejam integralmente respeitados!
- A realização de uma reunião de caráter urgente, com o presidente da Junta de Freguesia e o STML, visando a resolução dos problemas existentes!
- A realização das obras necessárias para dotar as instalações das condições de habitabilidade dignas!
- O investimento em meios materiais e humanos que permitam dar respostas adequadas à limpeza da freguesia!

Para além destas, foi ainda apresentada outra reivindicação, da qual os trabalhadores não abdicarão de lutar pela sua concretização, que passa pela assinatura do ACEP, garantindo por esta via a manutenção

das 35 horas de horário de trabalho semanal.

Salientamos o facto de os trabalhadores terem aderido, na sua esmagadora maioria, a esta ação de luta, que poderá ser entendido como um primeiro aviso ao executivo da Junta. Não temos dúvidas que a luta poderá endurecer caso não sejam atendidas as reivindicações que foram apresentadas. O mesmo se verificará se o caminho adotado pela junta de freguesia for de confronto e intimidação, agravando os problemas já existente e inclusive criando outros.

A resposta da JF passados uns dias do protesto referido, foi “castigar” os trabalhadores, eliminando o trabalho extraordinário, não se importando e desprezando inclusive a falta de Limpeza que ocorre na extensa área da freguesia.

Autarcas, como o da JF das Avenidas Novas, do PSD, supostamente desconhecem a revolução que há 41 anos restabeleceu a democracia e concedeu importantes direitos aos trabalhadores, nomeadamente o de se manifestarem e de se organizarem em torno de estruturas que os representam, os sindicatos e o STML em especial.

Contudo, e porque não vamos baixar os braços, não podemos deixar de valorizar o exemplo de determinação e confiança destes trabalhadores, exemplo para muitos outros que hoje enfrentam sérios problemas em várias juntas de freguesia.

Tal como sempre o NOSSO SINDICATO afirmou, esta transferência, imposta por António Costa e seus correligionários, pode ter roubado aos trabalhadores o vínculo à Câmara Municipal, mas nunca lhes retirará a dignidade e a força reivindicativa de quem não desiste de lutar pelos seus direitos e por um serviço público de qualidade.

A luta continua... Nesta Junta e na tua! ■



Plenário Geral na AML de 24 de fevereiro

Mais de duzentos trabalhadores da Câmara Municipal transferidos compulsivamente para as juntas de freguesia, compareceram ao plenário geral convocado pelo STML, que teve o seu ponto alto à porta da Assembleia Municipal de Lisboa (AML). Relembrámos neste dia os efeitos negativos de um processo de transferência de competências que desprezou trabalhadores e sindicato, prejudicando inegavelmente a vida de quem trabalha, mas também a qualidade do serviço público que hoje é prestado aos lisboetas.

Contudo, apesar das evidências do dia-a-dia, o presidente da CML e muitos presidentes de Junta, coniventes e bem articulados no seu discurso, afirmam que tudo corre bem, sendo este um processo que inclusive deve ser exemplo para o país (!?).

À parte do discurso que aparentemente só se preocupa com as próximas eleições legislativas, o STML deixou bem patente a falácia dos argumentos que sustentam o atual (des)governo da cidade de Lisboa. Os rendimentos dos trabalhadores diminuíram, os seus direitos não são respeitados, as suas condições de trabalho, em alguns casos, são miseráveis, já para não referir a falta de equipamentos e materiais imprescindíveis à realização de um serviço público de qualidade. Mas tudo corre bem, dizem...

Na **Junta de Freguesia de Santa Clara**, a presidente parece ter regressado a um passado de má memória, onde os trabalhadores não podiam ter direitos nem muito menos a liberdade de se expressarem, quanto menos organizarem-se em sindicatos.

Na **Junta de Freguesia de Marvila**, generaliza-se o recurso à precariedade, contratando-se inúmeros trabalhadores a recibos verdes, todavia colocados em instalações diferentes dos trabalhadores com vínculo estável, não vá os 'novos trabalhadores' ganharem consciência no contato diário com os mais velhos e começarem a exigir direitos, condições de trabalho e dignidade. Isso é que não.

Na **Junta de Freguesia das Avenidas Novas**, a luta dos trabalhadores é motivo de indignação por parte dos membros do executivo. Mas onde é que se viu os trabalhadores organizarem-se e lutarem pelos seus interesses?

Na **Junta de Freguesia de Benfica**, a presidente prefere alimentar o medo e a repressão sobre quem levanta a voz e exige respeito, ignorando as legítimas aspirações dos trabalhadores que hoje estão sob sua alçada. O desdém é de tal ordem, que os trabalhadores até são obrigados a trazer papel higiénico de casa.

Outros problemas podem e devem ser referidos. De forma quase transversal a todas as juntas de freguesia, denunciámos o **não pagamento** das verbas a quem têm direitos os trabalhadores acidentados, tais como o subsídio de almoço, o subsídio de risco, penosidade e insalubridade e as horas extraordinárias que habitualmente realizam, aliás como a lei determina.

Na AML relembrámos ainda as matérias que foram aprovadas nesta mesma sede a 21 de janeiro de 2014 e que não estão a ser respeitadas como o acesso de todos estes trabalhadores à Medicina do Trabalho da CML.

Concluimos de facto, que o processo de transferência de competências para as juntas de freguesia, envolvendo trabalhadores e equipamentos, tem sido nefasto para os principais envolvidos, tendo-se degradado as suas condições de vida, além de alimentar paralelamente, como o STML tem vindo a alertar, as conceções de externalização e possível privatização de importantes serviços públicos.

Será, como sempre foi, a organização e a luta dos trabalhadores, a melhor defesa às tentativas de nos fazerem regredir no tempo, onde a ausência de direitos e de perspectivas de futuro eram a tônica dominante. No dia 24 de fevereiro na AML, demos um passo importante na luta que urge continuar a desenvolver. ■



Denunciamos as condições de trabalho precárias nos Julgados de Paz

Os Julgados de Paz foram criados em Lisboa fruto de um protocolo entre a CML e o Ministério da Justiça há mais de uma década e foram sediados numa instalação nova em Telheiras, inauguradas com pompa e circunstância pelo então ministro da Administração Interna, Sr. António Costa.

Desde essa altura que este serviço público tem funcionado com 2 juizes destacados pelo Ministério da Justiça, associando trabalhadores de diversas categorias da Câmara Municipal. A autarquia é também responsável pela manutenção do espaço e dos meios materiais necessários ao seu funcionamento.

Nos julgados de paz trabalham atualmente 14 trabalhadores da CML. Contudo, face à inexistência de vontade política, nunca foram preenchidas as vagas existentes nos mapas de pessoal, recorrendo-se principalmente à figura dos estágios profissionais para colmatar necessidades permanentes do serviço.

Todos estes trabalhadores têm sido desvalorizados pela sua entidade empregadora, a CML, que ao longo de todos estes anos poucas condições de trabalho tem procurado assegurar para que este serviço público funcione adequada e eficientemente.

Após uma visita do STML a este local de trabalho, realizada no passado mês de Novembro, foi remetido um ofício ao presidente da autarquia apresentando as várias deficiências nestas instalações, exigindo uma rápida intervenção procurando a resolução dos vários problemas, tais como:

- Sobrelotação do espaço disponível, quer na disposição equilibrada de trabalhadores, mas também na arrumação de mobiliário e materiais necessários ao desenvolvimento da atividade ali exercida;
- Inexistência de copa seca ou de qualquer área para as refeições dos trabalhadores;
- Falta de manutenção no sistema de ventilação/renovação de ar;
- Ausência de meios informáticos (computadores, scanners e impressoras) em número suficiente face ao volume de trabalho existente;
- Inexistência de condições técnicas para a instalação de cablagens (passando muitas delas pelo chão, causando perigo de queda);



- Impossibilidade no funcionamento dos sistemas de ar condicionado existentes (devido à insuficiência da potência de eletricidade contratualizada com o distribuidor);
- Perigo de queda de tetos falsos, degradados por problemas de infiltrações de água;
- Existência de estores danificados;
- Existe uma porta de vidro que, estando inutilizada, não está contudo isolada. Não se evita portanto a entrada de frio ou calor, ou a poluição sonora proveniente da rua;
- Falta de sanitários em número suficiente, não existindo separação entre sanitários masculinos e femininos;
- Existência de um servidor de grandes dimensões na sala de atendimento, incomodando quem ali trabalha, mas também aos munícipes que são ali atendido (emanação de calor e barulho contínuos);
- Existência de um sentimento de insegurança, face à ausência de meios de vigilância adequados.

Outra reivindicação apresentada pelos trabalhadores deste serviço, não sendo exclusiva ao mesmo, prende-se com a ausência de pagamento do *subsídio para abono de falhas*, quando, por inerência das funções que lhes estão atribuídas, têm que efetuar cobranças de valores regularmente.

Na última deslocação do STML a este local de trabalho, em março, verificámos que nada foi feito pela CML para resolver os problemas supracitados, agudizando-se pela inércia da autarquia os problemas dos respetivos trabalhadores.

Esta situação, leva-nos a questionar se o presidente da CML está minimamente preocupado com a melhoria das condições de trabalho da autarquia que (supostamente) dirige, neste caso em concreto, de um serviço que ele próprio inaugurou enquanto ministro, ou se estará tão ocupado com outras tarefas partidárias que deixou de ter tempo para se dedicar à resolução dos problemas da CML e dos seus trabalhadores?

Uma certeza contudo, pode ter o presidente desta autarquia: os trabalhadores com o seu sindicato, o STML, não desistirão de exigir que todos os direitos e condições de trabalho sejam assegurados, em prol da qualidade do serviço público que prestam à população de Lisboa. ■



Com a luta e com a greve parámos para que pudéssemos avançar!

Após 10 anos em funcionamento deficitário, num espaço exíguo e provisório, a bilheteira do Castelo de S. Jorge tem finalmente as condições necessárias para fazer face às exigências, não só dos visitantes, mas também dos trabalhadores que neste espaço executam as suas funções.

Indo ao encontro de uma economia cada vez mais dependente do turismo, a EGEAC e em especial a direção do Castelo de S. Jorge decidiram, finalmente, ajustar-se às necessidades desta bilheteira, cada vez mais solicitada.

A perfeição é uma utopia, e por isso inalcançável, mas é nela que devemos pôr os nossos limites. Os visitantes assim o exigem. Os trabalhadores conscientes de que havia margem para melhorar, não só a qualidade e celeridade no atendimento, mas também às condições a que estavam sujeitos, decidiram intensificar a sua luta. Depois de grandes reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente a greve de duas horas no dia 13 de novembro, o Conselho de Administração desta empresa enviou um comunicado, no qual se comprometiam a fazer face às exigências expostas nesse pré-aviso de greve. Apesar de não terem cumprido os prazos a que se propuseram, o mais importante foi a estreia da nova bilheteira, que alberga o dobro dos postos de venda e ainda um sétimo posto para atendimentos prioritários.

Foi com grande satisfação que os assistentes de bilheteira, no dia 9 de março de 2015, estrearam as suas novas instalações. Estas são termicamente mais eficientes, dotadas de um balcão ajustado ergonomicamente às características físicas da função, com mais segurança e melhor controlo de situações anómalas e que de forma antecipada, dificilmente seriam espectáveis outras melhorias que não as implementadas. Para além destas melhorias significativas nas condições de execução do seu trabalho, os funcionários dispõem,

agora, de instalações sanitárias, inexistentes até à data. A localização geoestratégica desta nova bilheteira, para além de beneficiar os visitantes que facilmente a identificam, proporciona também uma maior proximidade aos acessos de serviço, revelando-se como uma mais-valia a todos os níveis.

Todo este processo foi acompanhado de perto por todos os intervenientes do Acolhimento Geral, leia-se Assistentes de bilheteira e *Backoffice*, onde todas as opiniões foram consideradas e debatidas com vista à melhor solução, possível, em cada matéria. A obra foi liderada pela responsável da Qualidade e Monitorização de Públicos do Castelo de S. Jorge, Sónia Santos e o Arquiteto Jaime Loff, que em consonância com todos os trabalhadores deste equipamento, executaram um trabalho de excelência e profissionalismo. As suas orientações foram fundamentais para um entendimento eficaz dos novos procedimentos a adoptar, nesta nova bilheteira mais eficiente e capaz. Tal como a Manutenção e Segurança, também o sistema de bilhética foi alvo de uma reforma transversal, que inclui novos equipamentos informáticos, ajustando-se assim às novas exigências.

Por último, mas não menos importante, alertamos para a necessidade de um ajuste adequado de assistentes de bilheteira. Só através de um reforço significativo desta equipa, fará sentido a criação destes 7 novos postos de trabalho (4 postos extra). Assim, aguardamos que o Conselho de Administração da EGEAC capacite esta equipa com mais trabalhadores, permitindo assim o preenchimento desses postos de venda.

Por todos estes motivos e outros tantos que não são aqui expostos, vem o STML saudar os trabalhadores do Castelo de São Jorge, que graças às suas reivindicações e aos contributos prestados, culminaram numa melhoria que a todos beneficiará. ■



“Perestroika” no RSB sem transparência!

Para os mais distraídos poderia ser apenas uma coincidência o facto de os últimos dois comandantes do Regimento terem tentado implementar, no caso do anterior comandante, uma reestruturação e o atual uma reorganização, com um pormenor em comum, ambos com o patrocínio do mesmo líder camarário, o Sr. António Costa.

No caso da primeira “perestroika”, a reestruturação, veio a revelar-se um autêntico fracasso. Ficou provado que não só o socorro não melhorou, como ficou posto em causa a operacionalidade dos meios humanos e materiais. O “passo de magia” foi a concentração num só quartel, uma espécie de super-quartel, de homens e veículos de socorro, pondo em causa as restantes zonas operacionais da cidade, desvirtuando a estratégia que se tem revelado ao longo de décadas, como a mais eficaz para fazer face a qualquer tipo de sinistros que possam ocorrer na cidade de Lisboa. Referimo-nos ao socorro de proximidade, o que numa cidade como a nossa, de características únicas em termos de acessos, tipo de construção nalgumas zonas, associando o facto de ter sido erigida sobre sete colinas, se reveste de uma importância vital.

Foi através da persistência e das lutas encetadas pelo STML, desde reuniões com todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia Municipal, fazendo-os compreender os riscos que essa reestruturação acarretava para os munícipes, às greves, manifestações e plenários gerais, que se conseguiu repor a normalidade no socorro, ficando provado que o problema do RSB, não se resolve com reestruturções, deste tipo pelo menos, mas sim com o ingresso de mais bombeiros.

Passados alguns anos e com novo “timoneiro”, mas sob o mesmo patrocínio, eis de novo a “perestroika”, agora denominada de reorganização. Aparentemente, revela já uma virtude, pelo menos em termos teóricos, nomeadamente na forma de abordar as questões desde a sua base, separando a organização logística/administrativa da vertente operacional.

Relativamente à primeira, com alguma ingenuidade, poder-se-á vislumbrar alguma tentativa de otimização dos serviços e secções,



já o mesmo não se pode dizer quanto à parte operacional, visto existir um evidente desconhecimento da realidade por parte do Comando do RSB, da forma como o socorro é efetuado e daquilo que realmente falta nos vários teatros de operações, isto é, equipamentos e operacionais.

Com a degradação do atual quadro orgânico, de 1112 para cerca de 800, e com o esvaziamento completo do quadro de chefes, poder-se-ão dar as “voltas” que se quiser, que os atuais problemas irão manter-se.

Resta saber se esta reorganização não é um pretexto para reduzir postos de trabalho, com prejuízos claros ao nível da segurança, para os bombeiros e munícipes, considerando que é evidente que a redução de cinco para três companhias operacionais, além de atrasar os tempos de chegada aos locais de ocorrência, evidenciam uma escassez, numa primeira intervenção, dos operacionais no terreno. Ficam muitas dúvidas quanto à bondade destas **reestruturções**

ou **reorganizações**, em virtude de não existir **transparência** na forma nem nos motivos, que a justificam.

É no mínimo preocupante se nas próximas eleições legislativas, sair vencedor o PS e o Sr. António Costa for indicado como chefe de governo, uma vez que enquanto Edil desmantelou tudo o que era Serviços, Departamentos e até Direções Municipais, com o único intuito de reduzir custos, “doa a quem doer”. Relembramos, a título de exemplo, a reorganização dos serviços municipais em curso, motivada pela reorganização administrativa de Lisboa, através da qual se pretendeu e se pretende reduzir atividade municipal, o que implica a redução de postos de trabalho e do serviço público, saindo prejudicados indelutavelmente os trabalhadores e os munícipes. ■



O acompanhamento do STML face às intervenções que vão tendo lugar em várias instalações municipais

Trabalhar para melhorar as condições de trabalho!

Um dos objetivos da luta levada a cabo em junho de 2014, concretizada com a greve do dia 12, passava pela reivindicação de um conjunto de intervenções de manutenção e melhoria nas instalações municipais. Esta preocupação maior no seio dos sectores operacionais, onde se denotava uma enorme degradação dos equipamentos, além de uma evidente falta de espaço face à concentração crescente do número de trabalhadores, principalmente nos postos de limpeza em consequência da reorganização administrativa da cidade.

O compromisso assumido pela CML de apresentar e discutir um plano de intervenções ficou mesmo assumido em ata resultante das negociações cometidas durante esse período.

Após algumas reuniões onde foram sendo apresentados vários projetos de intervenção nas mais diversas instalações e onde foram também apresentadas outras carências por parte do STML, ficaram acordadas algumas visitas aos locais de trabalho em causa no sentido de avaliar a evolução das obras e identificar outras a realizar em tempo razoável.

Assim, decorreram já três visitas com os vereadores Duarte Cordeiro e Jorge Máximo, em datas distintas, das quais aqui damos nota.

A 3 de outubro:

Complexo da Boavista - estavam praticamente concluídas as obras de ampliação do posto de limpeza, faltando a intervenção no sistema de extração/renovação de ar e pinturas (entretanto realizadas);

Armazém da Brigada de pragas - foram identificadas más condições do espaço - entretanto já mudaram de localização, dentro das instalações do complexo, mas com muito melhores condições;

Posto do Restelo - apesar de ter sido realizada uma intervenção, detetaram-se pequenos problemas que podem ser facilmente resolvidos (alguns foram inclusive atendidos);

Posto da Filipa da Mata e Telheiras - identificados os problemas prioritários, destacou-se a falta de espaço nos balneários. Questão resolvida com a implementação de balneários provisórios.

Em 17 de outubro:

Complexo Olivais 2 - no refeitório estava concluída a obra de remodelação da rede de gás e está neste momento a decorrer a obra de remodelação das instalações. No balneário já foram realizadas algumas melhorias e está em fase de lançamento de nova empreitada para intervenções não previstas na anterior. Foi reparado o portão de acesso à oficina. Foram realizadas intervenções na ponte rolante, na estação de lavagem e nas portarias, estando em fase de lançamento as obras na estação de serviço, para adaptação da mesma a viaturas movidas a GNC e para a ampliação da oficina;

Garagem de remoção - foram identificadas (novamente) as necessidades de intervenção exigidas pelos trabalhadores. Foi reposta a porta de vidro na entrada principal e já está em condições de funcionamento a copa;

Complexo de Marvila - verificaram-se as péssimas condições do balneário comum aos trabalhadores da CML e da JF do Beato.



Foi entretanto alvo de pequenas intervenções, assumindo-se o compromisso de encontrar uma solução temporária para acolher os trabalhadores da JF, minimizando os efeitos da sobrelotação existente.

Em 19 de fevereiro:

Brigada de Sinalização - verifica-se uma inaceitável degradação das instalações, enfatizando-se a falta de condições de segurança, saúde e higiene, associado a um foco de insalubridade no exterior;

Brigada de Calceteiros - estão instalados em contentores “provisoriamente” e identificaram-se pequenos problemas que podem ser facilmente resolvidos. Há necessidade de ligar à rede elétrica o poste de iluminação já colocado. Interessa ainda desenvolver as obras necessárias à utilização das instalações cedidas pela DMAU;

Armazém da Travessa da Amorosa - tem instalações com necessidade de manutenção ligeira. É essencial a substituição da cobertura composta por materiais que contêm amianto;

Brigada de Coletores - já existe projeto de remodelação da cozinha e balneários que será concretizado no primeiro semestre deste ano.

Em todos estes locais de trabalho, apesar de ser evidente alguma melhoria, constatamos que ainda falta muito por fazer no propósito de melhorar as condições de trabalho e habitabilidade dos respetivos trabalhadores. Estranhámos contudo, o facto de os vereadores responsáveis por estas áreas mostrarem-se surpreendidos com a realidade que foi possível observar em praticamente todas as visitas, apesar de já terem mais de um ano de mandato. Este elemento demonstra-nos a importância deste trabalho, não só na perspetiva de resolver os sérios problemas que afetam os trabalhadores, mas também no contexto da sensibilização dos atuais responsáveis políticos que, em última análise, detêm o poder de decisão sobre a sua resolução.

O STML continuará a acompanhar a evolução destes trabalhos, exigindo paralelamente que se considerem outras instalações municipais cujas condições implicam, igual e urgentemente, intervenções e/ou obras de recuperação. ■

Os casos ‘bicudos’ que hoje enfrentamos nas Juntas de Freguesia (JF)

Um ano após a transferência de competências e trabalhadores para as JF, as críticas que na altura fizemos às eventuais consequências deste processo, verificam-se infelizmente na prática. Genericamente não houve qualquer ganho para as populações, no caso da Limpeza Urbana no somatório CML mais JF, até se registam perdas. A precariedade na contratação pelas JF generalizou-se. As condições das instalações já de si deficientes, agravaram-se devido a maior concentração de trabalhadores. Os trabalhadores perderam rendimento, e os presidentes das JF, verificam agora que as verbas são insuficientes, comentando alguns, que num futuro mais ou menos próximo a concessão do serviço de Limpeza Urbana será a solução.



Há no entanto casos extremos como é o caso da JF de Santa Clara (PS), em que a sua presidente desde o início, hostilizou deliberadamente os trabalhadores provenientes da CML, levando a maioria a transferirem-se para outras Freguesias. Neste momento restam apenas cinco trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas, recorrendo-se abusivamente à contratação de prestadores de serviços que realizam 40 horas semanais. Alguns estão inclusive a trabalhar sem qualquer contrato assinado, vivendo num clima de medo de a qualquer momento não terem trabalho. Se não bastasse, foram instalados sem as condições mínimas de Saúde e Segurança.

Para além das condições dos trabalhadores, é o próprio serviço público que se degrada, havendo uma nítida erosão na sua qualidade.

Garantir as 35 horas! A importância do ACEP.

A forma legal da redução do tempo de trabalho de 40 horas para 35 horas semanais, só é possível através da contratação coletiva, com a celebração de Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP), como está previsto na Lei nº 35/2014.

Assim sendo, o STML tem procurado assinar com os presidentes das diversas JF estes acordos, de forma a garantir essencialmente a jornada de trabalho de 35 horas, entre outros importantes direitos, a todos os trabalhadores destas autarquias, uma vez que os que transitaram da CML beneficiam do ACEP assinado com a Câmara Municipal.

Já assinámos com as JF da Ajuda, Campolide, Carnide, Misericórdia, Olivais, Parque das Nações e Santa Maria Maior. Decorrem negociações com várias JF, havendo no entanto outras que ainda não entenderam a importância para os próprios presidentes, da assinatura destes acordos. ■

A importância das 35 horas

A luta contra o aumento da jornada de trabalho, imposto pelo governo PSD/CDS aos trabalhadores da Administração Pública (AP), não está terminada. Este acréscimo do tempo de trabalho tem como objetivo claro, não o aumento da produtividade, falsamente invocada pelas forças de direita, mas sim o embaraçar do trabalho na AP, reduzindo o valor da hora e por conseguinte o valor do trabalho extraordinário.

Tendo em conta a importante conquista de Abril de 1974, que é a **autonomia do poder local democrático**, torna-se inadmissível a tentativa do governo através do secretário de Estado da Administração da Pública (SEAP), querer impor-se como parte na negociação entre autarquias e sindicatos, fazendo depender dessa intromissão a publicação dos ACEP.

Partindo dum parecer sem força vinculativa da Procuradoria-Geral da República, que pretensamente suporta a tese do governo, o SEAP fez chegar à Associação Nacional de Municípios Portugueses, um “rol” de exigências para publicar os Acordos que estão na sua posse. Requisitos que são de todo inaceitáveis, tais como o fazer depender a redução da jornada de trabalho da situação financeira da autarquia, ou da introdução da adaptabilidade e do banco de horas, impedindo por esta via a contratação de pessoal e o recurso a trabalho extraordinário aos municípios que reduzam o tempo de trabalho.

Dando seguimento aos recursos de vários organismos, o Provedor de Justiça fez seguir para o Tribunal Constitucional um pedido de esclarecimento sobre esta matéria, sobre a qual aguardamos a definitiva deliberação.

Contudo, estamos atentos e preparados para lutar, defendendo um direito conquistado ao longo de décadas, impedindo mais um roubo nos nossos rendimentos e um retrocesso na organização do tempo de trabalho e de descanso. ■

Da reorganização do Os seus objetivos e as

Num breve período de tempo, em três anos apenas, o executivo municipal do PS/António Costa prepara a segunda reorganização dos serviços da CML. Pelo meio, tivemos uma reorganização administrativa da cidade, que levou à transferência de competências e mais de um milhar de trabalhadores, além de importantes equipamentos, para as Juntas de Freguesia (JF). Um processo que foi sinónimo de um esvaziamento da Câmara Municipal das suas competências e funções sem precedentes na história da cidade. Uma opção política que, em grande medida, afirmam, justifica agora esta segunda reorganização de serviços municipais.

Estas constantes alterações, mais ou menos significativas, têm causado deficiências inegáveis no funcionamento dos serviços públicos municipais, além de uma instabilidade crescente e perfeitamente legítima no seio dos trabalhadores.

Percebemos assim, que a reorganização agora conhecida tem como fundamentação da autarquia, o redimensionamento dos diversos serviços que se viram amputados de competências, entretanto transferidas para as JF e a reafecção de pessoal, pelos mesmos motivos.

O parecer do STML sobre a proposta da CML

A primeira grande crítica que fazemos ao processo em causa, foi a forma como a CML o deu a conhecer a este Sindicato. Fomos con-

frontados com a proposta formal, uma semana antes da data prevista para a sua votação em Sessão de Câmara (25 de Fevereiro), perspectivando-se então, na mesma semana, uma reunião de trabalho com a Vereadora Graça Fonseca sobre este assunto.

Nessa reunião, o Sindicato manifestou por escrito, também verbalmente, a sua indignação por não estarem a ser cumpridos os prazos mínimos legais. O executivo municipal lá aceitou alongar o prazo, face ao que inicialmente previu e pretendia. A votação em Sessão de Câmara foi assim adiada sucessivamente de 5 para 11 e depois para 25 de Março, tendo sido entretanto retirada da *ordem de trabalhos*, apontando-se agora o mês de Abril para a sua votação.

Após uma apreciação não tão aprofundada como desejávamos, situação que contudo não inviabiliza a sua consolidação nas próximas semanas (pelo menos até à votação final na AML), salientamos alguns traços desta proposta de Orgânica dos Serviços da CML, nomeadamente:

1. Continuação da política de externalização de competências que tem vindo a acontecer ao longo dos mandatos do PS à frente do município. Neste sentido, saem do âmbito da Câmara vários serviços operacionais. São disso exemplo a criação de Serviços Municipalizados que englobarão a Higiene Urbana e o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM); a passagem para



s serviços municipais s nossas preocupações



Divisão de Iluminação Pública (DIP), da Direção Municipal de Espaços Verdes Ambiente e Energia para a UCT, não se justificando o porquê desta intenção que nos parece de todo contraproducente.

Até à discussão e votação final na Assembleia Municipal de Lisboa, pretendemos multiplicar os contactos com os trabalhadores de todos os serviços municipais envolvidos, no propósito de construirmos e consolidarmos a posição do STML sobre este processo. Não excluimos de todo, o desenvolvimento de qualquer forma de luta que se considere necessária e oportuna na defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores do município, bem como do serviço público municipal que, como temos constatado, tem sido alvo de um processo de reconfiguração regressiva pelo atual executivo.

O caso concreto dos Serviços Municipalizados (SM)

Sobre a criação dos Serviços Municipalizados que englobarão o Departamento de Higiene Urbana (DHU) e o DRMM, temos tido apenas informações verbais por parte da vereação da CML. Afirmando que durante os meses de Abril / Maio, será dado conhecimento do projeto final aos sindicatos e forças políticas da oposição.

Às questões colocadas pelo STML, a vereação tem afirmado que todos os trabalhadores que compõem os atuais serviços do DHU e do DRMM, farão parte dos futuros SM, existindo uma forte probabilidade de se manterem nos mapas de pessoal da CML.

O STML, como sempre foi sua tradição e cultura, discutirá com os respetivos trabalhadores os contornos, implicações e constrangimentos deste projeto quando o tiver em sua posse.

Seja qual forem os contornos do processo de reorganização de serviços, incluindo a criação de SM, o STML não abdica de uma questão prévia que deve estar totalmente salvaguardada, isto é, nunca admitiremos que estas reformas sirvam de argumentos para enviar qualquer trabalhador para a Mobilidade Especial / Requalificação. ■

a EGEAC de todos os Museus Municipais, já prevista na última reestruturação, ou a transição para os Serviços Sociais da CML, dos refeitórios e creches, também prevista anteriormente. Predomina, indubitavelmente, a ótica neoliberal que privilegia o progressivo desmantelamento dos serviços públicos, para mais tarde favorecer o setor privado.

2. Destacamos, pela negativa, a extinção de várias unidades orgânicas, principalmente Divisões, desconhecendo-se neste momento como serão reorganizados os respetivos trabalhadores e serviços adstritos e quais as implicações no serviço público prestado à cidade e populações.

3. Observamos com algum ceticismo a criação da Direção Municipal da Gestão do Património. Conhecendo a política do atual executivo, com grande ênfase nos últimos meses, no que concerne à alienação ao desbarato de património municipal, interrogamo-nos se não estaremos perante a criação encoberta de uma espécie de 'REMAX municipal'?

4. Consta-se o reforço de competências da Unidade de Coordenação Territorial (UCT), com a criação de cinco *Brigadas Operacionais*. Percebe-se todavia, a sobreposição de funções e competências com outros serviços e organismos públicos. Será que estamos perante a criação de uma nova estratégia de 'tapa-buracos', face à incapacidade das JF em assumirem plenamente as suas novas competências?

5. Criticamos severamente o desmantelamento do Departamento de Instalações Elétricas e Mecânicas (DIEM), dando origem a duas Divisões em Direções Municipais diferentes, algo que patenteia uma intenção claramente disfuncional.

6. Criticamos igualmente, a passagem da



Um dia de luta e de convívio no Cinema de São Jorge

No âmbito das comemorações do **Dia Internacional da Mulher**, o STML preparou um espetáculo no dia 6 de março que, além de promover o convívio entre as mulheres trabalhadoras do município de Lisboa, da Câmara Municipal, juntas de freguesia e empresas municipais, procurou igualmente sensibilizar e mobilizar para a luta que urge desenvolver e aprofundar, nomeadamente no que concerne à igualdade de direitos e de oportunidades das mulheres trabalhadoras, hoje largamente discriminadas em relação ao homem.

As mulheres portuguesas continuam a auferir rendimentos abaixo dos seus parceiros masculinos, apesar de desempenharem as mesmas tarefas, terem os mesmos horários de trabalhos ou estarem sujeitas às mesmas orientações hierárquicas.

Pela negativa, as mulheres são maioritárias no desemprego, na precariedade ou no trabalho a tempo parcial. No seio familiar, é a mulher a quem cabe principalmente, o acompanhamento e educação dos filhos, além das lides domésticas. Por este motivo, a mulher trabalhadora portuguesa é das que mais trabalha, em termos de horas na União Europeia.

É esta realidade que denunciámos no dia 6 de março no Cinema de São Jorge, onde cerca de duzentas trabalhadoras se manifestaram contra uma política e um governo que, optando por ignorar os seus problemas, prefere conscientemente agravá-los.

Além da intervenção da responsável pela Área da Igualdade do STML, marcaram também presença uma representante da União dos Sindicatos



de Lisboa e da CGTP-IN que não deixaram de alertar para os sérios e profundos problemas que afetam as mulheres trabalhadoras, principalmente no distrito de Lisboa.

Por último, a atuação do grupo musical *Piloto Automático* animou a o resto da manhã, provocando os inevitáveis passos de dança, porque também de alegria, solidariedade e amizade se constrói a luta que nos conduzirá à efetiva emancipação e igualdade, no trabalho como na vida.

O STML saúda todas as mulheres trabalhadoras que neste dia participaram a iniciativa pensada e concretizada para elas. ■

Lisboa foi palco de uma grandiosa manifestação no dia 7 de março na ação de luta convocada pela CGTP-IN

O dia 7 de março confirmou-se como uma grande jornada de luta em todo o país. Do Algarve ao Minho, nos Açores e na Madeira, os trabalhadores estiveram na rua em luta por melhores condições de trabalho, pelo emprego com direitos contra a precariedade, pelo aumento geral dos salários, na defesa firme dos horários de trabalho, por mais e melhores serviços públicos.

Neste dia primaveril, foram muitos, muitos mil, os que estiveram na defesa dos valores, princípios e direitos que a Revolução de Abril conquistou e que agora nos querem roubar. Foram muitos mil os que afirmaram que resistem e não desistem do direito a uma vida melhor.

Em Lisboa, a manifestação contou com milhares de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, onde se integraram os trabalhadores do município organizados com o STML. O secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, reafirmou na sua intervenção que há soluções e respostas para os problemas do país! Com os trabalhadores e o povo é possível construir a



alternativa política, de Esquerda e Soberana que Portugal necessita.

Apesar da enorme ofensiva das forças do capital e do Governo ao seu serviço, a luta dos trabalhadores foi determinante para atrasar ou mesmo abortar muitas medidas gravosas, manter postos de trabalho ameaçados de destruição, aumentar salários e defender direitos consagrados na contratação coletiva.

A política de direita que tem de ser travada, como travado tem de ser, urgentemente, o processo de reconfiguração do Estado para servir os interesses do capital, nomeadamente através da municipalização de serviços públicos nas áreas da educação, saúde, segurança social e cultura, que desresponsabiliza o Governo pelas competências constitucionais que lhe estão atribuídas, ataca os trabalhadores, asfixia política e financeiramente o Poder Local democrático, degrada os serviços públicos e prepara as condições para uma nova onda de privatizações, que representam mais espoliação do património público, com prejuízos incalculáveis para a vida e o bem-estar das populações.

Só o apoio e ação do Presidente da República, colocando os interesses partidários à frente da Constituição da República Portuguesa e da vontade dos portugueses, tem permitido que este Governo, descredibilizado politicamente e isolado socialmente, continue em funções.

É necessário inverter o rumo de desastre a que a política de direita conduziu o país, libertar os trabalhadores e o povo do ciclo infernal da exploração e do empobrecimento, romper as amarras da ingerência estrangeira dando rumo a um Portugal de Futuro e de Progresso.

Será a nossa ação e luta nos locais de trabalho, associada à elevação da consciência social dos trabalhadores e de outras camadas da população que contribuirá decisivamente para mostrar um cartão vermelho ao Governo e à política de direita e alterar a correlação de forças na Assembleia da República.

A luta irá por isso continuar, com mais força e determinação! ■

Na greve nacional de 13 de março os trabalhadores da Administração Pública mostraram mais um cartão vermelho a este governo e à política de direita!

Com a forte adesão à greve convocada pela frente Comuns dos Sindicatos da Administração pública, os trabalhadores demonstraram inequivocamente, mais uma vez, o seu descontentamento e contestação às políticas de empobrecimento do país, de cortes nas remunerações e direitos e de desmantelamento dos serviços públicos.

As políticas de cortes salariais e destruição da Administração Pública, primeiro com o PRACE, depois com o PREMAC, a que se seguiu a Troika e agora o Tratado Orçamental não podem continuar. A agressão contínua aos trabalhadores e a destruição das funções sociais do Estado, agora agravada com a tentativa de municipalização da saúde, educação, segurança social e cultura, representa uma tentativa de reconfiguração do Estado e de destruição do acesso de todos aos direitos constitucionalmente garantidos.

Também no poder local se tem sentido com especial incidência as consequências das políticas deste governo: a negação do direito à contratação coletiva com o veto de gaveta dos ACEEP que preveem as 35 horas, a interferência na autonomia no poder local, a tentativa de desresponsabilização do poder central com a municipalização das funções sociais do Estado, traduzem-se na deterioração da própria democracia.

Apesar das difíceis condições em que esta luta foi desenvolvida, registámos com agrado a compreensão dos trabalhadores pelos motivos que levaram à marcação desta greve e a sua disponibilidade para nela participarem.

Por todo o país e nos mais diversos setores da administração pública os trabalhadores deram a resposta adequada e necessária ao apelo dos sindicatos que os representam e foram muitos os serviços públicos que encerraram ou que funcionaram apenas com os serviços mínimos.

Também os trabalhadores do município de Lisboa deram uma boa réplica do seu descontentamento com o atual estado de coisas e deram ao mesmo tempo um aviso ao executivo camarário (PS), aos executivos das Juntas de Freguesia e aos Conselhos de Administração das Empresas Municipais em relação às políticas prosseguidas, que em muitos aspetos se aproxima da do governo PSD/CDS.

São disso exemplo a elevada adesão registada no RSB (97%), nas oficinas de manutenção, DRMM (80%), também a recolha de resíduos se registou uma adesão significativa ficando com cerca de 70% dos circuitos por realizar no período noturno.

De referir ainda o encerramento dos postos de limpeza nas Juntas de Freguesia de Belém, no período noturno, na Junta de Freguesia



da Ajuda e Alcântara no período diurno.

O STML saúda todos os trabalhadores que aderiram à greve do passado dia 13 de março, na certeza de que esta foi uma grande jornada nacional de luta e um sinal inequívoco ao Governo de que tem que se demitir. É urgente e necessário, uma política em defesa da Administração Pública e da Constituição da República Portuguesa. ■



A urgência de derrotar a política de direita

Prestes a celebrarmos os 41 anos do 25 de Abril, dia em que Portugal e os portugueses se libertaram do jugo fascista, o País encontra-se na urgência de impor uma nova derrota à direita, desta feita uma direita liberal, determinada a destruir o que soçobra das conquistas de Abril que quase quatro décadas de governos do PSD, PS e CDS ainda não tinham conseguido.

Porque, quando se fala na urgência de derrotar a política de direita é necessário olhar para lá desta legislatura onde, a mando de interesses estrangeiros, a direita teceu uma destruição sem paralelo do Estado Social e dos valores de Abril na sociedade portuguesa. Nada que fosse estranho a governos liderados por Mário Soares, Cavaco, Guterres, Durão Barroso, Santana Lopes ou Sócrates, mas nunca com a violência como a que Passos Coelho e Portas (por sinal, com o apoio incondicional de Cavaco) impuseram a Portugal e ao povo português.

No Portugal de hoje, mais desigual, mais empobrecido e mais injusto, a direita transformou a democracia sonhada e construída em Abril numa caricatura. A destruição do Estado Social é uma prioridade deste governo, mas também foi com Sócrates há anos atrás. O desinvestimento massivo nos serviços públicos e sua concessão a privados, o desmantelamento progressivo da escola pública ou a agonia em que está o Serviço Nacional de Saúde são exemplos muito claros dos objetivos desta política. Vetores que contribuem para um retrocesso social que o povo português não pode admitir.

Atacados nos seus direitos, subtraídos às conquistas populares nos mais variados campos, a direita aponta o caminho da emigração aos jovens e os baixos salários ou o desemprego aos que ficam. Falam de inevitabilidades enquanto se salvam bancos com o dinheiro dos contribuintes e se isentam capitalistas de deveres fiscais, e não só. Vende-se em pedaços o País a capital estrangeiro das proveniências mais dúbias enquanto se fecham tribunais, escolas e hospitais.

Uma política que é uma tragédia. Uma política que significa a miséria, o retrocesso social no campo da educação e da cultura. Uma política que espezinha os mais pobres e cria pobreza em catadupa. Uma política que persegue os trabalhadores, retirando-lhes direitos, rendimento e perspectivas de futuro. Uma política que aliena soberania, que se verga aos interesses estrangeiros do grande capital.

Tudo isto é necessário travar, e derrotar a direita é apontar um caminho com futuro. Resistiremos e lutaremos por uma mudança que é por demais urgente. Em nome de Abril, daqueles que lutaram para nos dar a liberdade, a justiça social e a merecida prosperidade. É preciso e é urgente, uma política diferente. ■

Da Revolução de Abril à força dos trabalhadores e do povo português!

Remos comemorar 41 anos da revolução de Abril que abriu todo um novo capítulo na História recente do nosso país, com reflexos inegáveis na melhoria da vida de milhares de famílias portuguesas. Não só conquistámos a liberdade e instituímos um regime democrático, através da construção de um Estado de Direito Social, como foram instituídas as funções sociais do Estado na área da saúde, educação ou proteção social que permitiram diminuir, muito consideravelmente, as desigualdades no nosso país em todas as dimensões possíveis de equacionar.

Conquistas que este governo tem vindo paulatinamente a destruir e daí se justificar o aumento exponencial da pobreza e da miséria, da emigração, do desemprego e da precaridade. As comemorações dos 41 anos da Revolução de Abril, não assumem meramente e portanto uma natureza apenas cerimonial,



mas sobretudo e acima de tudo, marcam a defesa dos valores e dos princípios que nos devem nortear numa sociedade que se quer justa, livre e democrática, mas também humana e solidária.

Sair à rua neste dia, no 25 de Abril, não deve ser sinónimo de um ritual saudosista, mas sim materializando um dia de LUTA! A luta pelos nossos direitos, pela nossa vida e pela construção de um país com futuro, indissociável da derrota da política que marca a realidade nacional há 39 anos, executada por sucessivos governos do famigerado arco da desgovernança – a troika interna -, que mantém a demagogia, o cinismo e a hipocrisia como suas principais armas no propósito de enganar uma e outra vez, o povo e os trabalhadores portugueses.

É contra este estado de coisas que nos concentraremos no Marquês de Pombal, às 15h00 do dia 25 de Abril. ■

Em abril também o STML está de parabéns! A 6 de abril completa 38 anos!

Constituído em 1977 pela vontade expressa dos trabalhadores do município de Lisboa, o STML continua a ser hoje o sindicato mais representativo da CML, mas também de muitas juntas de freguesia e algumas empresas municipais, onde se destaca a EGEAC.

Com a coerência, honestidade e seriedade que desde sempre marcou a nossa ação, continuaremos a trilhar o caminho da unidade, organização, mobilização e luta, como as melhores estratégias no garante dos interesses, direitos e aspirações dos trabalhadores que representamos, sabendo que a influência deste sindicato, o nosso, vai muito além do número de associados em sentido formal. Todavia, é indispensável, cada vez mais, aumentar a sindicalização, consolidando a força e importância do STML, sinónimo de força e capacidade reivindicativa dos trabalhadores na resolução consequente dos seus problemas.

Dar força ao STML é dar força a cada um de nós, a todos, na defesa dos serviços públicos, na garantia e respeito pelas nossas condições de trabalho, na construção de uma vida digna e com futuro!

O STML e os trabalhadores do município de Lisboa estão de parabéns! A força de uns justifica e legitima a força de outros, numa única frente de trabalho, cuja luta e simbiose é inegável, indes-

mentível e imprescindível! Do mesmo lado da barricada estamos todos, e TODOS estamos de parabéns! ■



1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

Comemoramos o nosso dia, o dia do trabalhador, no próximo dia 1 de maio, como o fazemos há cerca de 41 anos depois de conquistado com a revolução de Abril de 1974, o direito de nos manifestarmos em liberdade. Associamos normalmente o 1.º de Maio a um dia de festa, mas também e incontornavelmente, a um dia de luta. Temos sido vilipendiados, usurpados, sujeitos e um esbulho sem precedentes e sem memória no Portugal de Abril. É este país, o nosso, que é urgente resgatar das garras dos especuladores bolsistas, dos banqueiros usurários e criminosos, dos políticos que os favorecem e os defendem.

São estes ‘políticos’, conotados ao PSD-CDS-PS, porque a culpa não deve morrer solteira, que têm consubstanciado o famigerado *arco da des governação* que há 39 longos anos nos empurram para um gradual empobrecimento, hipotecando o futuro de milhares de jovens, obrigando-os a emigrar ou condenando-os ao desemprego, à precaridade ou aos baixos salários que os amaram a uma existência sem expectativas nem perspetivas de vida.

São estes ‘políticos’, conotados ao PSD-CDS-PS, que aumentaram as dependências externas do país, colocando-o numa posição subserviente e incapaz de resistir às ‘*Alemanhas*’ deste mundo. Foram estes e não outros, que destruíram a nossa capacidade produtiva, as pescas, a agricultura e a indústria. Foram estes e não outros, que aniquilaram empregos, retiraram direitos e usurpam parte do nosso rendimento. Foram estes e não outros, que promoveram privatizações, externalizações e concessões das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, degradando as condições de vida dos portugueses e dos trabalhadores da administração pública em particular.

Por isso afirmamos que o 1.º de Maio não pode ser apenas um dia de festa, mas tem que ser, antes de tudo, um dia de luta contra a política de direita e este governo em especial. Cabe aos trabalhadores do município de Lisboa, da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e das Empresas Municipais, a responsabilidade de fazer deste 1.º de Maio, uma grandiosa jornada de luta que abane os alicerces, já de si frágeis, deste governo e desta política que não serve os



interesses do país e da imensa maioria dos portugueses.

Será também uma resposta à prepotência e arrogância do executivo municipal que decide *reorganizações de serviços* que não serve os interesses dos lisboetas, dos trabalhadores ou da própria cidade, ou ainda, dos presidentes de junta que olham os *seus* trabalhadores como peças descartáveis, deles usando e abusando quando bem entendem, tratando-os sem consideração ou respeito. É preciso dizer BASTA! e na força de quem luta, construir as dinâmicas imprescindíveis à defesa dos nossos direitos e das nossas aspirações.

Estaremos às **15h00 no Martim Moniz**, de onde marcharemos até à Alameda em protesto, em festa, em unísono, com combatividade e determinação de quem sabe que nas nossas mãos reside a força da mudança e da transformação que queremos ver concretizadas...mais cedo do que tarde.

O STML terá o seu espaço habitual na Alameda, onde todos poderemos conversar, conviver e rever velhos e novos amigos. Contamos contigo! ■



Municipalização da educação, saúde, segurança social e cultura

O governo de Passos e Portas, com o silêncio ensurdecedor do PS agora liderado pelo António de Lisboa, aprofunda o seu projeto de reforma do Estado, mesmo que para tal atropela a Constituição da República Portuguesa (CRP), os interesses do país e dos portugueses. Novidade? Só para quem vive fora de Portugal, incapaz de construir uma vida na sua terra e até aconselhado pelo 1.º ministro a procurar lá fora o que não encontra cá dentro.

Pretende agora este desgoverno, que há muito devia ter sido demitido por um Presidente da República, se o mesmo não fosse da mesma cor política que nos tem infernizado a vida, transferir para os municípios as funções sociais, que cabem exclusivamente ao Estado, pelo menos segundo a CRP, da saúde, educação e segurança social, às quais se somam ainda a cultura.

Em função das políticas privilegiadas nos últimos anos, os municípios portugueses têm sido asfixiados financeiramente, uns com a cumplicidade ativa, e em alguns casos criminosa, dos seus respetivos presidentes de câmara, outros sem possibilidades de travar a ingerência sistemática do poder central na autonomia e independência do poder local democrático, conquista maior da Revolução de Abril de 1974.

No **Decreto-Lei nº 30/2015**, o governo, paralelamente à atribuição destas 'novas competências', proíbe o aumento da despesa pública, o que nos leva a questionar de que forma uma câmara municipal, já de si endividada, pode assumir novas responsabilidades na prestação de serviços de saúde ou de educação com os poucos meios já de si insuficientes atualmente? A resposta será óbvia: externalização, concessão, privatização, eufemismos para um mesmo significado, isto é, o que é de todos passa a ser apenas de alguns.

Também neste projeto se constata indelutavelmente a conceção ideológica de um governo neoliberal que vê na vida das pessoas, na educação das nossas crianças e jovens, na proteção social dos mais desfavorecidos, ou no acesso à cultura enquanto sinónimo de evolução pessoal, intelectual e social de cada um, uma possibilidade de negócio e de lucro para os grandes interesses privados.

Mas também confirmamos, se tal fosse necessário, a natureza ilegal e inconstitucional deste governo moribundo que tanto mal continua a provocar no nosso país e nas nossas vidas. Não se estranhe



portanto que todo este processo tenha sido realizado em secretismo, sem envolver populações, trabalhadores ou sindicatos. Este governo já demonstrou por inúmeras vezes que não olha com bons olhos as regras da democracia, desrespeitando sem pudor o Estado de Direito Democrático que supostamente vigora em Portugal.

É neste quadro que se integra a ofensiva em curso visando a reconfiguração do papel do Estado e a privatização de parte das suas funções, em que se inserem: a redefinição do aparelho administrativo orientado para a acelerada redução de funções e responsabilidades sociais do Estado e a tentativa de municipalização de importantes áreas sociais, como a educação, a saúde, a segurança social e a cultura. Não estamos perante qualquer processo de descentralização mas sim de uma efetiva destruição de políticas públicas e de importantes funções sociais que devem caber exclusivamente ao Estado.

Não nos resta outro caminho que não passe pela consciencialização e mobilização para a luta que urge desenvolver contra mais uma ignomínia dos lacaios do capital privado. Derrotar esta política e este (des) governo é cada vez mais uma necessidade e um imperativo nacional! ■



STML e Interjovem/CGTP-IN denunciaram o trabalho precário no município de Lisboa!

O STML e a Interjovem/Lisboa realizaram, durante o mês de fevereiro, um conjunto de ações no Município de denúncia, esclarecimento e luta, inserida na campanha nacional contra a precariedade da Interjovem/CGTP-IN **“Alerta. Aqui há trabalho precário!”**.

Durante uma semana foram realizados plenários com trabalhadores em três juntas de freguesia, colocados pendões (sinalizando locais de trabalho onde existem trabalhadores precários), distribuídos comunicados à população, culminado com uma conferência de imprensa nos Paços do Conselho.

Estas ações tiveram como principal objetivo denunciar e combater o recurso crescente a este tipo de contratação, enquanto consequência natural das políticas de desinvestimento que se tem verificado nos serviços públicos municipais, acentuada desde que António Costa assumiu a liderança dos destinos da cidade. Como elemento concreto, desde 2007 registou-se a redução de 3000 trabalhadores, facto que muito se orgulha o agora secretário-geral do PS. Questionamo-nos se será esta a política de recursos humanos que António Costa defende também para o país, sustentada na generalização da precariedade e na degradação do vínculo de trabalho público.

Na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia e nas Empresas Municipais tem sido recorrente a utilização deste modelo de contratação de trabalhadores, muitos deles jovens, seja pela utilização dos “recibos verdes”, de contratos emprego-inserção ou de estágios curriculares/profissionais.

Nestas ações foram constatadas e denunciadas as seguintes situações:

- Na Junta de Freguesia de Santa Clara o serviço de Limpeza Urbana funciona neste momento com quatro trabalhadores com contrato por termo indeterminado e vinte trabalhadores a Recibos Verdes.
- Na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior existem cerca de 40 trabalhadores precários, dividindo-se em várias áreas de atividade, como a limpeza urbana, espaços verdes, intervenção no espaço público, entre outras.
- Na Junta de Freguesia de Marvila existem 11 trabalhadores a recibos Verdes nos Jardins de Infância (auxiliares da ação educativa), provenientes da CML. Foram também, recentemente, contratados 15 trabalhadores com o mesmo tipo vínculo para a Limpeza Urbana que estranhamente foram colocados à parte dos trabalhadores com vínculo efetivo, num posto de reduzidas dimensões e sem condições de habitabilidade condignas. A título de exemplo, este equipamento dispõe apenas de um balneário para trabalhadores de ambos os géneros.

A Interjovem e o STML exigiram com esta ação, e continuam a exigir, que no município de Lisboa se cumpra a lei! **A cada posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efetivo.**



Estas iniciativas foram também o pontapé de saída na mobilização dos jovens trabalhadores do município para a participação na **Manifestação Nacional de Jovens trabalhadores** que terá lugar em Lisboa no próximo dia 28 de março. ■

28 de Março Dia Nacional da Juventude

Juventude em Marcha - Trabalho com direitos! Contra a precariedade e a exploração!

A política deste governo bloqueia o nosso futuro e as nossas vidas. E dá-nos como única alternativa, a emigração forçada, o trabalho precário, os baixos salários e a negação de uma vida digna e feliz. Desde 2011 foram destruídos mais de 240 mil posto de trabalho, dos quais mais de 213 mil eram ocupados por jovens dos 15 aos 34 anos. O número real de desempregados e subocupados entre os 15 e os 34 anos no nosso país é de mais de 500 mil, o que corresponde a uma taxa de 31,2%.

E há que juntar mais os milhares de jovens desempregados que se encontram em contratos emprego-inserção ou em estágios promovidos pelo IEFP, que o governo, as câmaras municipais, as juntas de freguesia e as empresas aproveitam para explorar. Números que não contam para a contabilização da taxa de desemprego. Não esquecemos ainda os milhares de jovens que foram e são obrigados a emigrar.

Daí se justificar a marcha da juventude convocada pela CGTP-IN. Uma ação de luta que se inicia a 23 de março, prolongando-se até 27 do mesmo mês em todos os distritos do país, culminando a 28 de março com a manifestação nacional em Lisboa. A concentração será às 15h00 na Praça da Figueira, com deslocação posterior até ao Largo de Camões.

Temos vontade própria e não somos a imagem que o governo tenta passar, de uma juventude resignada e submetida às forças da direita e incapaz de pensar, de se unir e lutar.

Dia 28 de março é dia de luta! Junta-te a nós na exigência de um futuro melhor, o teu, o nosso! ■

Espaço dos Aposentados

Ação Sindical

Perante a ofensiva contra os direitos dos reformados e contra as Funções Sociais do Estado, por parte de um Governo e um Primeiro-Ministro já sem réstia de legitimidade política ou ética, não desistimos de manifestar, por todas as formas cívicas ao nosso alcance, o repúdio por tais políticas e por quem as protagoniza.

10 fevereiro – MURPI – Ação de protesto nacional pelo aumento das pensões



Estivemos presentes nesta iniciativa do MURPI com uma concentração junto ao Centro Nacional de Pensões, a que seguiu desfile em direção ao Ministério da Segurança Social na Praça de Londres, onde uma delegação foi recebida pelo chefe de gabinete do ministro.

19 fevereiro - Plataforma Lisboa em Defesa do Serviço Nacional de Saúde

A Plataforma Lisboa em Defesa do Serviço Nacional de Saúde realizou uma Marcha de protesto do Hospital Curry Cabral ao Ministério da Saúde. Nesta ação, que contou com representantes das diversas organizações que integram a plataforma, participaram elementos da nossa Comissão de Reformados, solidários com uma luta a que os reformados e idosos são especialmente sensíveis.

Os manifestantes pediram a demissão do ministro Paulo Macedo, e asseguraram que vão continuar a lutar em defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

7 de março - Dia Nacional de Luta da CGTP



“Nesta tarde primaveril, somos muitos, muitos mil, os que estamos com Abril, que resistem e não desistem do direito a uma vida melhor, centrada na dignidade de quem trabalha e quer trabalhar, no respeito para com os mais velhos e na aposta por um futuro de progresso para as jovens gerações.”

Difícil encontrar palavras mais apropriadas ao sentir coletivo que presidiu a esta jornada, do que as de Arménio Carlos, proferidas no final do Dia Nacional de Luta da CGTP-IN, de 7 de março.

Desfilámos com o nosso pano, junto à Inter-Reformados, desde o Campo das Cebolas até aos Restauradores, juntando a nossa voz a quantos gritavam palavras de ordem como “Serviços públicos sim, privatização não”, “Lutar, lutar, contra quem nos quer roubar”, ou ainda “Fartos de aldrabões, queremos eleições”.

Perante as notícias sobre o escandaloso incumprimento dos seus deveres fiscais e para com a segurança social por parte de Passos Coelho, a exigência da demissão do primeiro-ministro (e de todo o seu desgoverno) surgiu naturalmente com redobrado ímpeto.

Ação Sócio Cultural

Visita ao Núcleo Arqueológico na Casa dos Bicos



A Comissão de Reformados do STML visitou, a 25 de fevereiro, o Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos, recentemente inaugurado.

A Casa dos Bicos, mandada construir junto às Portas do Mar em 1521, por Brás de Albuquerque, filho do 2.º Vice-Rei da Índia, compunha-se de quatro pisos: loja, sobreloja e dois para habitação. O terramoto de 1755 e o incêndio consequente destruíram esses dois pisos.

Classificada em 1910 como Monumento Nacional, continuou a funcionar até à década de 60 do séc. XX como armazém/comércio de bacalhau, de que alguns dos nossos aposentados ainda se recordavam.

Sujeita a diversas obras e ocupações esporádicas, foi-lhe restituída a traça original, com os pisos superiores entregues à Fundação José Saramago e o piso térreo reservado ao Núcleo Arqueológico, pelos vestígios aí encontrados que vão desde a época romana (unidade fabril de preparados de peixe do séc. I) até aos nossos dias.



Almoço Comemorativo do 25 de Abril, da Inter-Reformados de Lisboa

Esta jornada será realizada, desta vez, em Lisboa, na CASA DO ALENTEJO. É já no dia 16 de abril, 5ª feira, e para além do almoço-convívio, incluirá debate sob o lema “Em defesa das Funções Sociais do Estado”. Contará ainda com a atuação de um grupo musical.

Os sócios interessados deverão fazer já a sua inscrição no Sindicato.

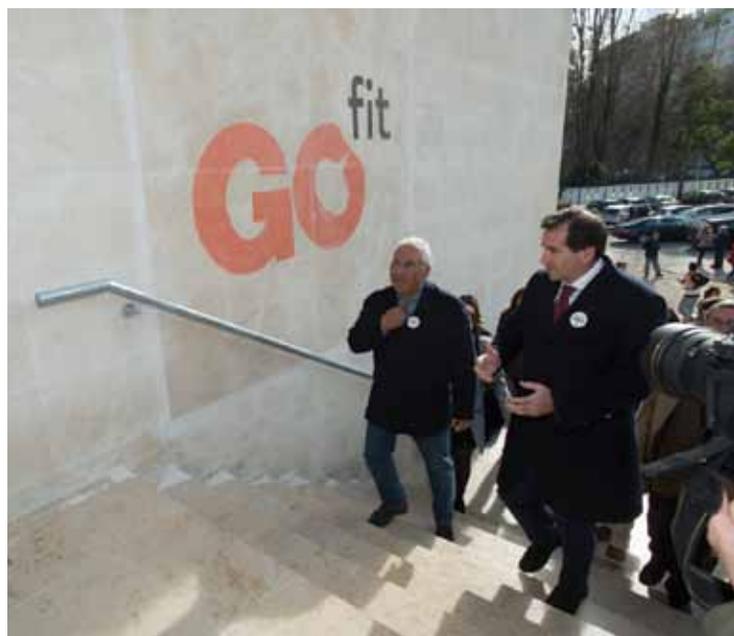
Afinal quem preside à Câmara Municipal de Lisboa?

Desde que António Costa foi eleito secretário-geral do PS, parece termos entrado num beco sem saída quando nos questionamos sobre quem afinal lidera a presidência da autarquia de Lisboa. Dos atuais responsáveis políticos da CML, que tenhamos registado pelo menos no fluir imparável das notícias publicadas, ninguém assume formalmente a desistência do presidente reeleito pela maioria dos lisboetas em 2013. Nesse ano, António Costa apelidou os resultados obtidos, como uma vitória histórica, sinónimo inequívoco de uma confiança avassaladora em si depositada que não iria defraudar.

Claro que o tempo avança, não para, e os projetos de um grupo ou de um indivíduo, de um partido ou de um homem alteram-se rapidamente, desconstruindo os discursos de circunstância que em determinada altura fizeram sentido, mas que passam a ser coisa do passado num abrir e fechar de olhos. E assim nos vão habituando à ideia do que ‘hoje é verdade, amanhã pode ser mentira’, já que o mundo da *política*, referem, é algo imprevisível, difícil de controlar e muito menos antever.

Mas à parte das constatações que alguns dirão ser apenas o reflexo do mau feitio de quem nunca soube apreciar as maravilhas da governação socialista na cidade de Lisboa, e tanto teríamos para falar sobre esta governação e as opções que a sustentam, a verdade é que o ainda presidente da CML (até prova em contrário) não está totalmente desaparecido, pelo menos no que algumas das suas funções governativas locais diz respeito.

Tivemos o prazer de o ver na inauguração do novo polo desportivo dos Olivais, com a abertura do Complexo Desportivo encerrado durante quase 10 anos à espera do financiamento necessário à reabertura de portas. Verbas que, entretanto, chegaram pela bolsa de uma empresa privada internacional. E cá temos mais uma parceria público-privada, o que não abona muito a seu favor considerando as últimas experiências sobre este tipo de negócios (o privado açambarca os lucros, o público assegura os prejuízos). Veremos o que daí resulta na ótica



dos interesses dos lisboetas e da população desta zona da cidade no acesso a serviços públicos acessíveis e de qualidade na área do desporto.

Um outro caso merece-nos algum tipo de reparo. Quando questionado pelos jornalistas sobre uma iniciativa de denúncia realizada pela Interjovem e STML sobre o abuso na contratação de recibos verdes e/ou de contratos emprego-inserção no município de Lisboa, ouvimos António Costa afirmar desconhecer tais práticas, o que de facto nos leva a crer na tese que aponta a sua progressiva ausência da vida da autarquia, com o inevitável afastamento dos problemas que afetam os respetivos trabalhadores. Será mesmo assim neste caso em concreto? Na origem destes problemas, lá estão as decisões e a assinatura do presidente que, para todos os efeitos, é o mesmo que foi eleito há cerca de dois anos atrás.

Talvez o venhamos a encontrar na inauguração da Piscina Municipal do Areeiro, quase pronta para abrir portas ao público, recuperada igualmente pelos benefícios de mais uma parceria público-privada. Nesse momento que seguramente será de pompa e circunstância, não falhará António Costa já mais preocupado, como o tem estado nos últimos meses (ou será nos últimos anos?), com as próximas eleições legislativas. Entretanto, vamos ouvindo o putativo candidato a chefe do governo português a criticar o atual governo PSD/CDS, sem contudo exigir a sua demissão; a denunciar a política antissocial de Passos e Portas, mas referindo estarmos melhor do que há três anos atrás; a falar da necessidade de uma mudança no país à esquerda, aliando-se todavia aos barões da direita como Rui Rio; criticando as opções da União Europeia face às consequências da austeridade na vida de milhões de portugueses, mas nunca colocando em causa a natureza das suas políticas. Incongruências? Contradições? Só para quem for cego, mudo e surdo. ■

À margem da vontade dos povos, a Comissão Europeia e os EUA fabricam um acordo (TTIP) que será nefasto para as nossas vidas caso não seja derrotado!

O Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento («Transatlantic Trade and Investment Partnership», **TTIP**, na terminologia anglo-saxónica), é mais um acordo estratégico neoliberal, para liberalizar e desregulamentar o comércio ao nível internacional. As negociações tiveram início em junho de 2013. De então para cá, à medida que se sucederam as rondas negociais, por um lado, cresceu a contestação ao TTIP, alargou-se a perceção pública (ainda insuficiente) sobre as suas consequências e implicações. Em Bruxelas, para além dos responsáveis da Comissão Europeia e dos representantes das autoridades dos EUA, estarão aqueles que no fundo determinam a ação de uns e de outros, ou seja, as multinacionais europeias e norteamericanas, principais defensores deste acordo.

A crise internacional que tem arrasado com a vida de milhões de seres humanos além de incrementar as assimetrias entre países ricos e países pobres, criando inclusive profundas disparidades económicas e sociais nos próprios países ditos mais desenvolvidos, é acompanhado paralelamente por um inaudito grau de concentração e de centralização do capital. A crise de rentabilidade conduz a novas necessidades e exigências e os monopólios americanos e europeus, que nos respetivos espaços de integração económica foram colonizando mercados, do centro às periferias, precisam de novos instrumentos para satisfazer os seus interesses e as suas taxas de lucro.

O «livre comércio» é um desses instrumentos. Por um lado, a liberalização do comércio aumenta a concorrência entre a força de trabalho de países e regiões diferentes, forçando a sua desvalorização geral e, por essa via, o aumento da exploração. Por outro lado, garante o acesso, conquista e domínio das multinacionais a novos mercados.

De forma elucidativa, Hillary Clinton referiu-se ao TTIP como sendo uma «NATO económica». O objetivo último é a progressiva institucionalização, à escala global, de uma espécie de «novo direito global», ditado pelas multinacionais, parte de um novo paradigma de exploração e acumulação.

Um capítulo de grande importância é o do acesso aos mercados da contratação pública – há muito ambicionado pelas multinacionais – e aos próprios serviços públicos. A intenção passa por criar condições favoráveis a novas vagas de privatizações, em sectores onde a resistência e a luta social ainda não permitiram que ocorressem, mas também – objetivo não menos importante – por consolidar as liberalizações e as privatizações que entretanto já foram efetuadas. Não esqueçamos que

a reversão de muitas delas está colocada na ordem do dia e é uma necessidade incontornável para a formulação e aplicação de uma política alternativa, de progresso, desenvolvimento e justiça social.

Ao nível das questões laborais, não esperamos que os EUA apliquem as normas de segurança aplicadas na Europa, e não se espera que o Acordo tenha mais exigências na aplicação das regras ambientais se o objetivo é «facilitar» os investimentos das empresas dos EUA nos países europeus, esperando um nivelamento por baixo dos direitos sociais.

Por fim, outra preocupação importante diz respeito à introdução, no Tratado, de um mecanismo de resolução de litígios Estado-Investidor, chamado ISDS. Ele permite às multinacionais intentar processos judiciais contra os estados, fora dos tribunais e escapando às leis nacionais, sempre que as suas instituições soberanas decidam aprovar leis ou outra regulamentação suscetível de afetar os interesses dessas mesmas multinacionais, ou seja, de reduzir as suas expectativas de lucro, em face dos investimentos realizados anteriormente às referidas medidas legislativas ou regulamentares.

Estamos perante um autêntico seguro de vida dos interesses do grande capital, que procura sobrepor esses interesses à própria vontade soberana dos povos. Uma espécie de ditadura das multinacionais, que subverte o próprio conceito de democracia. Para um país como Portugal, em que a Constituição da República explicitamente disciplina o investimento estrangeiro e o condiciona à «contribuição para o desenvolvimento do país», à «defesa dos interesses dos trabalhadores» e «da independência nacional», salta ainda mais à vista o carácter subversivo do TTIP, face ao próprio regime democrático.

O TTIP comporta evidentes ameaças ao emprego. A intenção passa por forçar uma corrida ao fundo no plano dos direitos, salários e condições de trabalho. Sublinhe-se que os EUA se recusaram a ratificar importantes convenções da Organização Internacional do Trabalho, relativas a normas laborais básicas, incluindo sobre a contratação coletiva. A mesma que está agora debaixo de fogo na UE.

Existe uma Petição Pública europeia intitulada «Stop – TTIP», contra o Tratado, já assinada por 340 organizações e mais de 1,3 milhões de pessoas, das quais a OIKOS, a Quercus, vários Sindicatos e Federações e inúmeros indivíduos em Portugal [a consultar em <https://stop-ttip.org>]. Informar, esclarecer e mobilizar contra este acordo é de facto um imperativo nacional para todos os trabalhadores portugueses. ■

Protocolos do STML

- | | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:<ul style="list-style-type: none">- 10% de desconto nas propinas;- 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.• ISLA - Instituto Superior de Linguas e Administração• ISG - Instituto Superior de Gestão• IPES - Instituto Português de Estudos Superiores• IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade• Escola Superior de Educação João de Deus | <ul style="list-style-type: none">• ISTECS - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas• COFAC - Universidade Lusófona<ul style="list-style-type: none">- Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa- Instituto Superior Politécnico do Oeste- Instituto Superior D. Dinis- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes- Escola Superior de Educação Almeida Garrett• Lancaster College• Universidade Lusíada• Teatro da Cornucópia | <ul style="list-style-type: none">• Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo• Millenium BCP• ENAL - Escola Nacional de Automobilismo• Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina• MACIF - Companhia de Seguros• Aldeamento Turístico de Palmela• Viagens FALCON• BP• Optimus• Vodafone• NOS ■ |
|--|--|---|